RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2018

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2018

FICHA TÉCNICA

IGEPE
INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio
Direcção de Controlo das Participações

Cristina Matavele
Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio
Direcção de Governação Corporativa

Ana Tembe
Direcção de Administração e Finanças

Abílio Inguane
Direcção de Desenvolvimento Investimento

Samuel Massinga
Gabinete Jurídico

EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe
Assessor do Conselho de Administração do IGEPE

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2018

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

ÍNDICE

ÍNDICE.....i

LISTA DE ABREVIATURAS ii

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO iv

MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES v

ÓRGÃOS vi

1 Introdução 1

2 BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS 2

2.1. No âmbito do Controlo de Participações 2

2.2. No ambito da Governação Corporativa 11

2.3. No âmbito de Investimentos 14

2.4. No âmbito da Administração e Finanças 14

2.5. No âmbito dos Recursos Humanos 18

2.6. No âmbito do Património 22

2.7. No âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional 23

2.8. No âmbito da Assistência Jurídica 24

3 PERSPECTIVAS PARA 2019 27

LISTA DE ABREVIATURAS

ACCA	Association of Chartered Certified Accountants
BCI	Banco Comercial de Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BNI	Banco Nacional de Investimento
CA	Conselho de Administração
CAIC	Complexo Agro-industrial do Chókwè
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CFA	Chartered Financial Analyst
CIM	Companhia Industrial da Matola
CL	Comissão Liquidatária
CMG	Companhia Moçambicana de Gasodutos
CMH	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos
DAF	Direcção de Administração e Finanças
DNT	Direcção Nacional de Tesouro
DOMUS	Sociedade de Gestão Imobiliária
DRH	Departamento de Recursos Humanos
ECMEP	Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
EE	Empresa Estatal
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
EMEM	Empresa Moçambicana de Exploração Mineira
EMOPESCA	Empresa Moçambicana de Pescas
EMOSE	Empresa Moçambicana de Seguros
FARMAC	Sociedade de Farmácias de Moçambique
GJ	Gabinete Jurídico
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
GTT's	Gestores, Técnicos e Trabalhadores
IFLOMA	Indústrias Florestais de Manica
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
IGF	Inspecção-Geral das Finanças
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas colectivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
LSEE	Lei do Sector Empresarial do Estado
MCEL	Moçambique Celular

MEDIMOC	Empresa de Importação e Exportação de Medicamentos
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo da Elaboração do Orçamento
MEXTUR	Moçambique Expresso Turismo e Viagens
MISAU	Ministério da Saúde
MOGÁS	Sociedade Moçambicana de Gases Comprimidos
MOU	Memorandum of Understanding
MOZAL	Aluminium Smelter in Mozambique
MOZRE	Empresa Moçambicana de Resseguros
MT	Metical
PCA	Presidente do Conselho de Administração
PEFA	Public Expenditure and Financial Acountability
PETROMOC	Petróleos de Moçambique
RAMM	Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa
AS	Sociedade Anónima
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEMOC	Sementes de Moçambique
SISSMO	Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SMM	Sociedade Moçambicana de Medicamentos
SNV	Sistema Nacional de Vencimento
SOMEC	Sociedade Mineira de Cuamba
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
STEMA	Silos e Terminal Graneleiro da Matola
TA	Tribunal Administrativo
TDM	Telecomunicações de Moçambique
TdR	Termos de Referências
TMCEL	Moçambique Telecom
UFSA	Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

É com grande satisfação que, após uma análise detalhada, comunico a aprovação do Relatório Anual de Actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) referente ao ano de 2018. Este relatório reflecte o incansável compromisso e a dedicação de todos os colaboradores da instituição, bem como dos gestores das empresas participadas pelo Estado ao longo do ano.

O relatório abrange a execução das actividades planificadas, estrategicamente alinhadas com a missão institucional do IGEPE. Desde o controlo das participações, investimento e governação corporativa das empresas até a execução financeira e contratação de bens e serviços, cada área recebeu a devida atenção e esforço, reflectindo o nosso compromisso com a transparência e eficiência.

Destacamos, em particular, o progresso significativo na gestão da carteira de participações do Estado, mantendo um equilíbrio entre a potencial rentabilidade das empresas e os processos de alienação aos sectores adequados. A arrecadação de receitas também merece reconhecimento, demonstrando uma gestão financeira sólida e responsável.

Além disso, a aprovação da Lei do Setor Empresarial do Estado é um marco importante, evidenciando o nosso compromisso em operar dentro do enquadramento legal e promover as boas práticas empresariais.

Olhando para o futuro, as perspectivas delineadas para 2019 demonstram a nossa determinação em continuar o processo de reestruturação das empresas participadas pelo Estado, visando torná-las mais rentáveis e sustentáveis. A consolidação da supervisão e o controlo das empresas participadas é crucial nesse processo, assim como a arrecadação da receita de capital prevista.

Estamos confiantes de que, com o esforço e empenho contínuo de todos os envolvidos, o ano de 2019 marcará uma nova fase de sucesso e viabilidade para as empresas do setor empresarial do Estado.

Maputo, aos 22 de Fevereiro de 2019

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL E VALORES

Missão

Gerir o Sector Empresarial do Estado e as respectivas participações financeiras e sociais, no contexto dos princípios de boa governação corporativa, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.

Visão

Ser referência na gestão do Sector Empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do país.

Objectivo Geral

Reforçar a capacidade de gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado, visando a prestação de contas e a captação de receitas para o tesouro público.

Valores

Liderança na gestão do sector empresarial do Estado e das suas participações sociais e financeiras.

Transparência na gestão da coisa pública.

Empenho no cumprimento da missão e das metas estabelecidas nos planos e programas de trabalho.

Responsabilidade na gestão das participações do Estado.

Colaboração para criação de sinergias e parcerias.

Inovação na gestão e boas práticas de governação corporatica.

Responsabilidade Corporativa com os colaboradores, parceiros e partes interessadas.

IGEPE
INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mario Xavier Estêvão
Administrador do Pelourode Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro de Controlo das Participações

Albertina Furquia Fumane
Administradora não Executiva

Danilo Nalá
Administradora não Executiva

CONSELHO FISCAL

Fernanda Matsinha
Presidente

Ilídio Guibalo
Vogal

Isabel Sumar
Vogal

IGEPE

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório abrange a execução das actividades planificadas pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) durante o período de Janeiro a Dezembro de 2018. O relatório inclui as seguintes áreas: controle de participações e governação corporativa das empresas, investimentos, desenvolvimento e assessoria institucional, execução financeira, contratação de bens e serviços, bem como outras actividades de apoio, todas alinhadas com a missão institucional do IGEPE.

A carteira de participações do Estado iniciou o ano de 2018 com 63 empresas e uma fundação. Ao longo do ano, a empresa Teledata S.A. foi adicionada à carteira, enquanto a Auto Visa foi retirada. Assim, o número total de empresas permaneceu o mesmo, agrupadas em três categorias: i) 44 Empresas potencialmente rentáveis; ii) cinco empresas destinadas à alienação aos GTT's; e iii) 14 empresas designadas para alienação ao sector privado; e uma fundação.

No que diz respeito às receitas, a arrecadação planificada foi de 1.014.612.839,25MT, tendo sido realizados 966.084.868,16MT. Desse montante, 865.522.536,50MT provêm de dividendos, 84.480.006,33MT de alienações, e o restante dos 16.082.325,33MT é proveniente de receitas de juros de depósitos e outras fontes.

No âmbito legal, destaca-se a aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado, Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, cuja proposta de regulamento correspondente foi submetida à aprovação pelo órgão competente.

Quanto a bens e serviços, foram celebrados 46 contratos durante o período em apreço, por meio de diversas modalidades de contratação. Destes, 40 contratos receberam o visto do Tribunal Administrativo e foram submetidos à UFSA. Cinco contratos aguardam anotação, enquanto outros dois estão em preparação para submissão ao TA e à UFSA.

O presente relatório detalha as actividades planificadas e sua realização em cada sector do IGEPE, para o ano 2018.

2 BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS

2.1. No âmbito do Controlo de Participações

2.1.1. Actividades Planificadas

Para o ano de 2018, foram planificadas as seguintes actividades: garantir o aumento de receitas de capital para o Tesouro Público, em 10%; consolidar o processo de reestruturação do Sector Empresarial do Estado (SEE), garantindo que 10 empresas sejam reestruturadas com vista a sua viabilização e sustentabilidade; reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas, consolidando a sua monitoria através da: introdução da matriz de desempenho económico-financeiro para auxiliar na avaliação do desempenho económico-financeiro das empresas; da introdução do contrato de gestão na avaliação do desempenho dos gestores públicos nas empresas; análise e endosso à aprovação dos instrumentos de planificação e reporte das empresas: plano estratégico, plano de negócios, plano de actividades e orçamento, e relatório de gestão e contas; monitoria dos riscos das empresas participadas; e controlo das participações sociais indirectas do Estado (participações detidas por empresas participadas pelo Estado). A recuperação do crédito resultante da alienação de participações ou património fez parte das acções planificadas para o ano de 2018.

2.1.2. Actividades Realizadas

a) Garantir o Aumento das Receitas de Capital

Para o ano de 2018 foi planificada a arrecadação (apenas de dividendos e alienações) de 1.006.636.496,61MT de receitas de capital, tendo-se arrecadado 950.002.542,83MT, o que corresponde a um grau de execução de 94,3% do planificado. Da receita arrecadada, 91,1% (865.522.536,50MT) provém dos dividendos e o remanescente 8,9% (84.480.006,33MT) das alienações das Participações e Património do Estado.

Relativamente aos resultados, é relevante mencionar que, no que diz respeito aos dividendos, a STEMA, SA canalizou apenas 50% do valor declarado. Está prevista a transferência do montante remanescente em Janeiro de 2019, devido a constrangimentos de tesouraria. Por outro lado, no que se refere às alienações, destaca-se a receita proveniente da cobrança coerciva da dívida da Vidreira, um montante não inicialmente previsto, uma vez que havia consideração da possibilidade de anulação da alienação.

b) Consolidar o Processo de Reestruturação das Empresas

O IGEPE continuou com o processo de reestruturação das empresas do SEE, com o objectivo de tornar as empresas rentáveis e sustentáveis, sendo de destacar os seguintes processos:

a. No âmbito da reestruturação operacional

i. **LAM:** Foi elaborado o plano de uniformização da frota, que inclui a venda de dois Embraers e um Boeing 737-500, bem como a aquisição de um Boeing 737-700 e dois (2) Q400. Esta estratégia visa não apenas aumentar a receita, mas também reduzir os custos operacionais da companhia; foram estabelecidas parcerias com outras companhias aéreas para criar sinergias através do código compartilhado (code-share); foram implementdas mudanças no modelo de governação, transitando de um Conselho de Administração executivo para uma Direcção-Geral.

ii. **TDM / MCEL:** Feita a fusão das empresas; elaborada a estratégia 2023 para a futura T-MCEL (business case); e a reavaliação de activos, resultando na deliberação para a venda de activos não essenciais (não core). O processo de venda foi iniciado.

iii. **PETROMOC**: Alteração do modelo de governação com a introdução do pelouro comercial e PCA executivo; elaborado o estudo de opções estratégicas com apoio do Banco Mundial, que serviu para o aprimoramento do Plano de Negócios da empresa; aumento da capacidade operacional da empresa com arranque da terminal oceânica de gás de petróleo liquefeito (GPL), na Beira, com capacidade para 3.000 m3; elaborado o Plano de Negócios da sociedade para um horizonte temporal de 4 anos (2019-2022).

iv. **SEMOC:** Elaborada a estratégia de revitalização da SEMOC, com apoio do BNI, e celebrada parceria com a Agência do Vale do Zambeze para a injecção de 300 mil meticais nas operações.

v. **CAIC:** Concebido o Plano de viabilização do Complexo Agro-industrial do Chókwè (CAIC) e celebrado contrato de cessão de exploração com a

AGRITECH; feita a rescisão do contrato de trabalho com os trabalhadores, à excepção do efectivo ligado a segurança das instalações.

vi. **MEDIMOC:** Elaborado um plano operacional de expansão da actividade para a rentabilização do negócio (medicina humana e veterinária).

vii. **TRANSMARITIMA:** Assinado o MOU com a empresa PRESCHAUT para o desenvolvimento do projecto de cabotagem marítima; e identificada a empresa African Marine Solutions Group (PTY) Ltd com sede na cidade de Cabo, para o estabelecimento de futuras parcerias na prestação de serviços marítimos.

viii. **FARMAC, EE:** por despacho conjunto MEF/MISAU, foi entregue a gestão da empresa ao IGEPE; estabelecida uma comissão para a reestruturação da empresa nas vertentes operacional, financeira e de recursos humanos.

b. No âmbito da reestruturação financeira

i. **LAM:** negociado com o BCI, através da facilitação pela Direcção Nacional de Tesouro (DNT), para elaboração do plano de reestruturação da dívida da LAM com a banca; elaborado o plano de redução de custos (com pessoal, com fornecedores e na uniformização da frota); redução de delegações provinciais para regionais; e reforço do capital social da empresa em 300 milhões de meticais, totalizando um incremento global de 471 milhões de meticais, por conversão de suprimentos do accionista Estado/IGEPE .

ii. **TDM / MCEL:** elaborados os Balanços Consolidados das duas empresas; realizada auditoria Financeira e de Processos; feita a avaliação de 14 contratos e identificados os tóxicos; renegociados contratos com fornecedores; elaborado o plano de saneamento laboral para TDM (reformas); iniciada a integração gradual de serviços entre as duas empresas; e submetidos para financiamento os projectos estruturantes da TDM-MCEL orçados em 132 milhões de dólares norte americanos com financiamento do Exim Bank da China, visando melhorar a infraestrutura da rede móvel. Adicionalmente, foram financiados 69 milhões de dólares norte americanos para a modernização da espinha dorsal da rede de transmissão (backbone).

iii. **PETROMOC:** assinado o acordo de reestruturação da dívida com a banca; revistos os estudos de viabilidade dos projectos de expansão da terminal oceânica de Pemba e a reabilitação e expansão do projecto de Nacala; feita a reavaliação de activos para posterior saneamento dos não core; elaborado o plano de redimensionamento da mão-de-obra de médio prazo; e finalizado o processo para a reabilitação do terminal de Nacala com financiamento de 22 milhões de dólares norte americanos garantidos pelo parceiro a GONVUR.

iv. **MEDIMOC:** saneada a dívida com o BIM; elaborado o plano de redimensionamento da mão-de-obra, prevendo três fases, tendo-se concluído a primeira de 3,5 milhões de meticais; celebrado acordo com o BNI para saneamento da divida; vendidos três imóveis para a injecção de capital para as operações; acordado com o accionista MEDIGEST a abertura de capitais, estando na fase final a elaboração dos respectivos termos de referências (TdR) e a carta de manifestação de interesse.

v. **TRANSMARITIMA**: elaborado o plano de redimensionamento da mão-de-obra, identificando 83 colaboradores. O processo de implementação já foi iniciado; efectivado o plano de aumento de tarifas com vista a incrementar as receitas; em curso o estudo de alternativas estratégicas em resposta ao impacto da abertura da ponte Maputo-Katembe.

c) Consolidar a supervisão e controlo das empresas participadas

Para o período em reporte, do rol das medidas de supervisão e controle das empresas, foram realizadas as seguintes actividades:

a. No âmbito da análise dos instrumentos de planificação e reporte:

i. O plano de negócios da empresa Sociedade do Notícias foi aprovado, de um total planificado de quatro empresas, incluindo EMOSE, LAM, PETROMOC e Sociedade do Noticias. Os planos de negócios das empresas PETROMOC, EMOSE, LAM, EMEM, STEMA estão em fase de finalização, com reformulações previstas para as duas últimas em função da tomada de posse dos novos Conselhos de Administração;

ii. Analisados 35 Relatórios de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2017,

de um total previsto de 43 relatórios, que foram objecto de deliberação favorável em sede das respectivas Assembleias Gerais Ordinárias. Destes, 19 evidenciaram resultados líquidos positivos (Millennium BIM; Coca-Cola; MOZRE; BNI; DOMUS; Cimentos de Moçambique; NORSAD; Sociedade do Noticias; AUTO-GAS; EMOPESCA; STEMA; Cervejas de Moçambique; GAPI; Açucareira de Xinavane; TELEDATA; TDM; CMH; Mozal e CMG), sendo oito as que deliberaram pela distribuição de dividendos (Millennium BIM, BNI, NORSAD, STEMA, Cervejas de Moçambique; Açucareira de Xinavane; Mozal e CMH).

Dos oito relatórios pendentes de análise em relação ao planificado para o ano, incluem-se as empresas EMATUM, Mozaico do Índico, Diário de Moçambique, CAIC, SEMOC, Fundação Malonda, IFLOMA e MOGÁS. Com a excepção das três últimas, a maioria se encontra quase inoperacional. A IFLOMA e MOGÁS estão actualmente em processo de concertação para a definição da data.

b. No âmbito do reforço das medidas de supervisão e controle:

i. Realizadas 45 visitas as empresas: LAM, PETROMOC, TDM e MCEL, DOMUS, CMH, CMG, EMEM, MEDIMOC, SMM, Moçambique Previdente, Sociedade Notícias, BNI, EMOPESCA, GAPI, TRANSMARITIMA, SEMOC, STEMA, Coca-Cola, IFLOMA, EMOSE, Monte Binga, Fundação Malonda e MEXTUR, TELEDATA, Cimentos de Moçambique, AUTO-GÁS, CIM, representando um grau de execução de 104% em relação à meta do ano.

As visitas tinham como objectivos: apresentação dos novos gestores das empresas; análise e discussão dos projectos de investimento; análise e discussão dos relatórios de gestão e contas e dos planos de actividade e orçamento; e avaliação do ponto de situação das decisões das Assembleias Gerais e de expedientes correntes.

ii. Concebida a Matriz de Desempenho Económico-Financeiro para as

empresas do SEE, e apresentada na reunião de harmonização da legislação sobre este sector. A decorrer a harmonização da mesma com as empresas: EMEM, PETROMOC, EMOSE e STEMA, cuja obrigação está acometida aos contratos de gestão que serão assinados com o CA das empresas em Dezembro do ano corrente; e BNI e Sociedade do Noticias como reforço de supervisão e controlo das empresas.

d) Saneamento da Carteira de Participações do Estado

a. Alienação da Participação do Estado a Privados

Para o ano de 2018, foi programada a alienação de sete participações sociais para o sector privado, nomeadamente: GERALCO; GEOMOC; Fábrica de Refrigerantes de Gaza; HIDROMOC Beira; MARMONTE; Pintex Beira; e Tipografia Clássica da Beira. Destaca-se que o processo da Tipografia Classica da Beira concluído.

O processo de alienação é moroso, e a seguir se apresenta o ponto de situação de cada uma das empresas: GERALCO (20%) - em curso avaliação da participação para determinação do preço de venda; GEOMOC (20%) - o accionista maioritário manifestou interesse na aquisição da participação, no entanto, aguarda-se pela documentação financeira com vista a determinação do preço de venda; Refrigerantes de Gaza (20%) – iniciada as negociações com o accionista maioritário com vista a alienação da participação. Aguarda-se pela avaliação do património por parte da CNAA DO MOPH para a fixação do preço de venda; HIDROMOC Beira (20%) - em curso as negociações com o accionista maioritário com vista ao alcance de acordo do preço de venda; MARMONTE (20%) – aguarda-se pela decisão do accionista maioritário, relativamente a intenção de realização de negociação tripartida; e PINTEX Beira (20%) – em curso a renegociação da modalidade de pagamento do novo valor acordado.

b. Alienação da Participação do Estado aos GTT´s

Até Novembro de 2018, a participação da AUTOVISA foi alienada. Actualmente, estão em curso os processos para a retirada da carteira de participações de quatro empresas com reserva para os GTT's, a saber: STEIA, S.A; CELMOQUE; Diário de Moçambique; e CEGRAF. A evolução desses procedimentos é detalhadamente apresentada a seguir. STEIA (20%) – aguarda-se pela finalização da escritura pública de compra e venda da participação; CELMOQUE (20%) – a conclusão aguarda a assinatura do despacho conjunto pelo Ministério de Economia e Finanças, a fim de possibilitar a subsequente

elaboração da escritura pública de compra e venda da participação; Diário de Moçambique (20%) – o processo foi encaminhado aos Ministérios de tutela, incluindo o Ministério da Economia e Finanças, para que se manifestem sobre a proposta de redistribuição de 20% da participação actualmente detida pelo Estado; e CEGRAF (20%) – aguarda-se pela regularização da escritura pública de aumento de capital.

c. Dissolução e Liquidação

Em relação aos processos de dissolução e liquidação, foram desenvolvidas as seguintes acções: MABOR, S.A.R.L – no dia 9 de Janeiro de 2018, realizou-se a Assembleia-Geral Extraordinária da MABOR de Moçambique – Manufactura de Borracha, S.A.R.L. Nessa ocasião, dentre outros temas, foram deliberadas a reactivação da Comissão Liquidatária (CL) e a nomeação de novos liquidatários.

Refira-se que até à data a CL realizou as seguintes actividades: Autentificação da Acta da Assembleia Geral realizada no dia 09 de Janeiro de 2018; Solicitação e apuramento dos saldos existentes nas diferentes contas bancárias domiciliadas no Millennium BIM, Standard Bank e BCI, referente ao

Na zona sul:

- Maputo Cidade e Província: inexistência de património.
- Gaza: identificados 17 imóveis que se encontram ocupados por ex-trabalhadores.
- Inhambane: identificados três imóveis ocupados pelos ex-trabalhadores. A avaliação destes imóveis será conduzida pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, através da respectiva Direcção Provincial de Gaza e de Inhambane.

Na zona centro:

- Tete: identificados uma oficina, um estaleiro e uma vivenda em Mutarara. Actualmente, está em curso o processo de identificação de mais património.
- Manica: foi realizada a alienação, por meio de negociação particular, da totalidade do património imobiliário da Sede Regional da ECMEP Centro, SA, composto por escritórios, oficinas, armazéns e garagem, pelo

montante de 10.000.000,00MT. Já foram efectuados pagamentos no valor de 5.000.000,00MT.

- Sofala: o parque oficinal na Zona da Manga, na cidade da Beira, encontra-se actualmente arrendado, aguardando ainda o processo de registo. Em breve, será instituído um concurso público para a sua venda, e os documentos pertinentes já estão em circulação. Além disso, foi identificada uma vivenda situada no distrito de Caia.

- Zambézia: foi identificado em Mocuba um estaleiro, cuja recomendação é que seja entregue ao Governo da Província (DPEFZ), conforme solicitado por este. Além disso, existem instalações oficinais e as casas números 1 e 11, pré-fabricadas, anteriormente desejadas pela Empresa Águas de Moçambique; instalações da Sede e um armazém em ruínas foram identificados, com o destino ainda por definir; o levantamento do património residual nos distritos de Alto-Molocué, Gurué, Mopeia, Maganja da Costa, Mujeba, Namacurra e Nicoadala foi concluído. Os potenciais beneficiários foram identificados, aguardando-se a conclusão da avaliação pela Direcção das Obras Públicas da Zambézia.

Na zona norte:

- Nampula: o património localizado nos distritos de Ribaue, Murrupula, Malema, Nametil, Liupo, Mecuburi, Lumbo, Nacala-a-Velha e Nacala Porto, deve passar por uma avaliação, e é necessário identificar os ocupantes actuais e reais dessas propriedades.

- Niassa: foi identificado património residual do tipo pré-fabricado na Cidade de Lichinga e estaleiros nos distritos de Cuamba e Mandimba. Recomenda-se que o levantamento patrimonial nesta província prossiga para identificar outros activos remanescentes.

- Cabo Delgado: não há registo de património nesta cidade, indicando que foi assumido por instituições públicas ligadas ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. No entanto, existem activos nos distritos de Metoro, Mueda, Chiure e Mocimboa da Praia; e recomenda-se a realização de um levantamento do património residual em outros distritos desta Província.

No período de 2009 até Fevereiro de 2018, foi feita a inserção no Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique (SISSMO) das declarações contributivas em falta referentes aos meses de Agosto de 1990, Junho de 1993, Novembro de 1995, Fevereiro a Abril de 2005 e Agosto de 2015; Obtenção da certidão de quitação do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS); Regularização da situação do IRPC e do IVA; Obtenção da certidão de quitação fiscal; Obtenção da declaração de cessão de actividades fiscal; Renovação do registo comercial que estava caducado; Emitida a Certidão de Registo Predial Simples e Integral do imóvel; Realizada a chamada de credores; Elaboração do balanço de dissolução referente aos exercícios de 2016 a 2018; Negociação com os diferentes credores; e Submissão para o cartório privativo das finanças a minuta de escritura pública de dissolução.

i. ALC - Leasing

Desde a nomeação, a nova CL levou a cabo, de entre outras, as seguintes actividades: Desastres de algumas hipotecas, a pedido de ex-clientes da ALC\ULC que tenham comprovado a devolução dos bens objecto do leasing; e negociação com a empresa Couto Graça e Associados, representante jurídico do Banco EFISA, um dos credores da ALC\ULC.

ii. SCANMO

Resolução de um diferendo entre a empresa e um residente relacionado a um imóvel pertencente à empresa.

iii. ECMEP's, S.A.R.L

Na sequência da reativação da CL, foram realizadas as seguintes actividades: Efectuado o pagamento ao INSS no montante de 20.6322.301,14MT, dividido em duas parcelas, com o objectivo de quitar integralmente a dívida pendente junto a esta entidade. Esta dívida refere-se a contribuições descontadas, porém não repassadas ao INSS. Importante destacar que as dívidas nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Inhambane, Tete e Sofala foram totalmente liquidadas; Resposta aos pedidos de credores e trabalhadores solicitando a aquisição de activos da ECMEP Zona Centro, Manica e Zambézia. Informa-se que tais activos já foram adjudicados e integralmente pagos; Inventariação de parte do património com vista à determinação do preço de venda de cada habitação e instalações existentes, nomeadamente:

d. Recuperação de Crédito

Durante o período em análise, foi possível recuperar um montante de 80.628.773,34MT referente às dívidas das empresas Vidreira e Cristalaria, assim como da TEMPOGRÁFICA. No entanto, permanece pendente a recuperação do valor em dívida da empresa SOMEC, Lda.

2.2. No âmbito da Governação Corporativa

2.2.1. Actividades Planificadas

No âmbito da governação corporativa foram planificadas as seguintes acções: rever os instrumentos de governação corporativa face à aprovação da Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE (LSEE); implementar os modelos de governação corporativa conducentes a uma gestão e desempenho eficientes das empresas; adoptar mecanismos de supervisão das empresas e dos gestores; e fortalecer o combate à corrupção e promover a cultura de integridade nas empresas participadas pelo Estado.

2.2.2. Actividades Realizadas

a) Instrumentos de Governação Corporativa

(i) Durante o período em análise, foi contratado um consultor independente que elaborou o Contrato de Gestão, o Contrato de Mandato, e conduziu a revisão do Estatuto do Gestor Público, no contexto da aprovação da Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Setor Empresarial do Estado. Esta execução reflecte um índice de cumprimento de 100% em relação ao plano anual

(ii) Os Contratos de Gestão e de Mandato foram divulgados a vários níveis e receberam aprovação em Setembro de 2018. A implementação desses contratos terá início em 2019.

(iii) Em curso o processo de análise da proposta do Estatuto do Gestor Público. Contudo, a aprovação pelo Conselho de Ministros está condicionada à definição da política salarial dos membros dos órgãos sociais do SEE.

b) Modelos de Governação

(i) Com o objectivo de alinhar os modelos de governação à aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado, os estatutos das empresas EMEM, PETROMOC, STEMA, EMOSE, DOMUS e Sociedade do Notícias foram revistos durante o período em análise, alcançando assim, um índice de realização de 100%. Além disso, os estatutos da LAM, Moçambique Previdente e GAPI foram ajustados para reflectir as reestruturações ocorridas nas respectivas empresas. Adicionalmente, foram elaborados e aprovados os estatutos da Empresa de Cabotagem, em virtude da sua criação.

(ii) No final do ano, como resultado do processo de fusão das empresas TDM e MCEL, foi estabelecida a empresa TMCEL, e os estatutos desta nova entidade foram aprovados.

c) Assembleias-Gerais

(i) No período em análise, foram conduzidas 85 sessões de Assembleias-Gerais, das quais 38 foram ordinárias e 47 extraordinárias. Este desempenho representa um índice de cumprimento de 212,5% em relação ao plano anual.

(ii) O elevado índice de realização deve-se à realização de sessões de Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberar sobre os processos de reestruturação, dissolução e liquidação de algumas sociedades, bem como à sensibilização das empresas para a elaboração dos Planos de Actividades e Orçamento para 2019.

No cômputo geral, as assembleias ordinárias realizadas serviram para apreciar e deliberar sobre: os relatórios e contas da administração, referentes ao exercício económico de 2017, bem como as propostas de aplicação de resultados; e a eleição dos membros dos órgãos sociais.

As assembleias extraordinárias serviram fundamentalmente para apreciar e deliberar sobre: os Planos de Actividades e Orçamento para 2019; os processos de reestruturação; deliberação sobre o calendário de prestação de contas; os Relatórios das Comissões Liquidatárias; a nomeação de Novos Liquidatários; a alteração dos modelos de governação; e as alterações aos estatutos para conformá-los com a Lei do SEE.

Como o processo de preparação da realização das Assembleias-Gerais, foi feita a harmonização dos pontos da agenda para as sessões realizadas; e elaborados os guiões das 85 sessões para as quais resultou a orientação do Conselho de Administração, sobre o sentido de voto para as deliberações tomadas durante as sessões.

No que concerne a monitoria e implementação das decisões tomadas nas sessões das Assembleias-Gerais, foram elaboradas as respectivas matrizes de deliberações.

A. Implementação das Deliberações

a. no período em análise, foram elaboradas matrizes para as 85 sessões de Assembleias-Gerais, resultando em 200 deliberações com acções subsequentes para sua implementação. Este desempenho reflete uma realização de 100%.

b. a partir da monitoria realizada, foi possível identificar que 155 deliberações foram integralmente implementadas, enquanto 45 deliberações ainda se encontram em processo de implementação.

B. Eleição dos Gestores Públicos e Representantes do Estado

a. no período em análise, foram eleitos membros dos órgãos sociais (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia-Gerais) das empresas, AUTOGÁS, CARTEIRA MÓVEL, EMEM, EMOSE, MEXTUR, MILLENIUM BIM, MOZRE, PETROMOC e STEMA.

b. foram também eleitos membros dos Conselhos Fiscais nas empresas, AUTOGÁS, BNI, CIMENTOS de MOÇAMBIQUE, DOMUS, GAPI, MONTE BINGA, PETROMOC, SOCIEDADE DO NOTÍCIAS, TDM, MCEL, CMH, EMOSE, Hotel Cardoso e CMG. Esta realização corresponde a 100% do plano.

C. Indução aos Membros dos Órgãos Sociais

a. Foi realizada três acções de indução a 29 gestores públicos e representantes do Estado das empresas EMEM, PETROMOC, GAPI, STEMA, MEDIMOC e EMOSE, o que corresponde a 150% do plano.

b. o sobre cumprimento observado deve-se à adopção, neste ano, do princípio de realizar as acções de indução por empresa, ao contrário

do modelo anterior que envolvia várias empresas em acções conjuntas. Essa abordagem proporcionou um maior espaço de interação entre os membros dos diferentes órgãos sociais da mesma empresa, resultando num maior dinamismo, maior abertura e debates mais aprofundados sobre diversas matérias. As reuniões de indução abordam desde o funcionamento de cada órgão, deveres e responsabilidades incluindo os aspectos de interação entre os órgãos e a prestação de contas.

D. Acções de Prevenção e Combate a Corrupção

a. foram realizadas três acções de capacitação em Ética e Probidade Pública a 29 gestores públicos e representantes do Estado das empresas EMEM, PETROMOC, GAPI, STEMA, MEDIMOC e EMOSE. Este desempenho representa 150% do plano anual estabelecido. As acções foram realizadas com o apoio do Gabinete Central de Combate à Corrupção.

b. no mesmo contexto, os colaboradores das empresas, especialmente os pontos focais de ética, receberam capacitação na área, com ênfase na institucionalização, proporcionada pelo Instituto de Ética da África do Sul. Planifica-se disseminar essa nova abordagem nas empresas ao longo do ano de 2019, visando iniciar a sua implementação no âmbito dos programas das empresas para a prevenção e combate à corrupção.

2.3. No âmbito de Investimentos

2.3.1. Actividades Planificadas

Foram planificadas neste âmbito as seguintes actividades: identificar, estruturar e capitalizar as oportunidades de negócio; identificar potenciais parceiros para a exploração de uma área de 1.000 ha no regadio do Chókwè (Gaza); identificar um parceiro estratégico para exploração do Complexo Agroindustrial de Chókwè – CAIC, na província de Gaza; avaliar, identificar parceiro e elaborar o projecto executivo para a exploração do ex-terreno da MABOR – 1,7ha; realizar consultoria, loteamento e o plano de reassentamento para o Projecto-piloto de Polana Caniço e lançar concurso para selecção do parceiro; elaborar projecto arquitectónico de reassentamento em Mapulene no âmbito dos 45ha de Polana Caniço; identificar alternativas de viabilizar o terreno da Katembe (plano pormenor e busca de parceiros); certificação em "CFA e ACCA"; certificação em "Financial Modeling Specialist Program"; e consolidar o

estabelecimento de sinergias entre as empresas do Estado (participadas e públicas).

2.3.2. Actividades Realizadas

As actividades realizadas incluíram: lançamento do concurso publico para a contratação de uma empresa de consultoria visando a elaboração da Estratégia de Investimentos tendo sido apurada a INTELLICA; identificado e assinado o Memorando de Entendimento entre o IGEPE e a HEMBONDEIRO, para a exploração do Terreno em Chókwè numa área de 1.000ha; efectuada a avaliação do terreno da MABOR, pela empresa Ernest & Young e foi apurado o valor 658.000,00 dólares norte americanos; lançado um concurso público a exploração do Complexo Agroindustrial do Chókwè, tendo sido apurado como vencedor, a AGRITECH; realizados encontros com parceiros que mostraram interesse na implementação do projecto da Polana Caniço; no âmbito da responsabilidade social o IGEPE custeou o parcelamento da área total (20 ha) e respectiva colocação de marcos para a identificação das parcelas; e foi elaborado o Plano de Negócios da SEMOC em coordenação com o BNI e em parceria com a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze.

2.4. No âmbito da Administração e Finanças

2.4.1. Actividades Planificadas

As actividades planificas neste âmbito incluíram: elaboração da Conta de Gerência; acompanhamento das seguintes auditorias (BDO (externa); Inspecção Geral das Finanças; Tribunal Administrativo); elaborar o fecho contabilístico do ano de 2017; Cobrança de receitas (Dividendos; Alienações; Outras receitas próprias); Gestão dos planos de pagamento; Análise da execução orçamental; e Operações financeiras do Estado.

2.4.2. Actividades Realizadas

a) Elaboração da Conta de Gerência

Durante o período em análise, a Conta de Gerência foi elaborada e submetida à Inspecção Geral das Finanças (IGF) e ao Tribunal Administrativo (TA) para aprovação.

b) Acompanhamento das Auditorias internas e externa

Até ao período em análise, foi feito o acompanhamento das auditorias da IGF, TA e da empresa de auditoria externa BDO.

c) Execução Orçamental

A 31 de Dezembro de 2018, a situação financeira do IGEPE reflecte a seguinte:

d) Receita Total

A receita orçamentada para o exercício económico de 2018 foi estimada em 1.014,6 milhões de Meticais. Ao longo do ano, foi arrecadado o montante de 966,0 milhões de Meticais, representando uma realização de 95%.

Os desembolsos de dividendos no ano de 2018 foram efetuados pelas seguintes empresas: MOZAL, MILLENIUMBIM, CMH, BNI, Cervejas de Moçambique, Açucareira de Xinavane, STEMA e NORSAD. Não distribuíram dividendos as empresas EMOSE, DOMUS, MOZRE e Cimentos de Moçambique.

A extraordinária realização de 576% na fonte de receita de alienação foi impulsionada pela cobrança do valor em dívida da Vidreira.

e) Receita do Estado

Para o ano de 2018, a previsão da receita a favor do Estado era de 705,8 milhões de Meticais, no entanto, foi efectivamente arrecadado o montante de 710,4 milhões de Meticais, representando uma realização de 101%.

f) Receita do IGEPE

Ao longo do ano de 2018, o IGEPE arrecadou uma receita de 255,6 milhões de Meticais, correspondente a 83% da previsão inicial de 308,8 milhões de Meticais. Além das receitas provenientes de dividendos e alienação, o IGEPE também arrecadou fundos provenientes dos órgãos sociais das empresas e de juros de depósitos a prazo.

g) Despesas do Estado no Domínio Empresarial – OFAS do Estado

Para o ano de 2018, estava previsto um montante de 422,6 milhões de Meticais destinado às despesas financiadas pelas Operações Financeiras do Estado. Foi

necessário realizar intervenções, como o aumento de capital na LAM, além de dar continuidade ao processo de pagamento de empréstimos obtidos junto do BCI e BNI.

Além disso, intervenções foram realizadas na MAGMA, TRANSMARITIMA e CAIC para quitar passivos laborais, regularizando salários em atraso e, em alguns casos, reduzindo a força laboral. Essas intervenções resultaram num reforço orçamental de 339,0 milhões de Meticais, com um desembolso total de 761,7 milhões de Meticais pela Direcção Nacional do Tesouro.

h) Orçamento do IGEPE de 2018

Para o ano de 2018, foi aprovado o orçamento inicial, no valor de 172,0 milhões de Meticais, sendo 137,8 milhões de Meticais para despesas de funcionamento e 34,2 milhões de Meticais para as despesas de investimento. Durante o decorrer do ano, houve necessidade de reforçar algumas rúbricas, tais como:

i. Despesas de funcionamento

a. Bens e Serviços – no montante de 1,2 milhões de Meticais, devido ao esgotamento dos recursos destinados ao combustível e outros itens;

b. Transferência a famílias – no montante de 0,6 milhões de Meticais, decorrente do aumento de casos de doenças e do crescimento do número total de membros dos agregados familiares dos colaboradores da instituição, que passou de 202 pessoas em 2017 para 225 em 2018.

ii. Despesas de Investimentos

a. Construções – no montante de 0,5 milhões de Meticais, devido à necessidade de incorporar algumas partes do edifício que não foram contempladas no contrato inicial de pintura.

b. OFAS do IGEPE – no montante total de 102,0 milhões de Meticais, que foram alocados para o pagamento do aumento do capital social (LAM) e para a liquidação do passivo laboral dos trabalhadores (outras empresas).

O Orçamento final fixou-se em 276,4 milhões de Meticais, sendo 139,6 milhões de Meticais para as despesas de funcionamento e 136,7 milhões de Meticais nas despesas de investimento.

i) Análise Orçamental da Despesa do IGEPE

O orçamento final do ano de 2018 foi de 276,4 milhões de Meticais. A execução da despesa foi de 257,7 milhões de Meticais, que corresponde a 93% de realização. As despesas de funcionamento tiveram uma realização de 93% contra os 94% de realização das despesas de investimento.

As rubricas que ficaram abaixo da realização desejada foram as seguintes: Consultorias – com 62% de realização, pois alguns contratos transitaram para o próximo ano; e Meios de Transportes – com realização de 65%, viabilizada a aquisição de apenas duas viaturas, em decorrência da implementação da nova lei que regulamenta a compra de veículos.

A rubrica com maior realização é a das OFAs do IGEPE, com cerca de 110,97 milhões de Meticais. As principais acções incluíram o aumento do capital social na LAM (67,04 milhões de Meticais); pagamentos dos salários em atraso e indemnizações dos ex-trabalhadores da extinta ECMEP (30,36 milhões de Meticais); pagamento de regularização do imóvel da MABOR (5,69 milhões de Meticais); pagamento dos salários em atraso e indemnizações da CAIC (3,79 milhões de Meticais); pagamento da primeira fase das indemnizações da MEDIMOC (3,42 milhões de Meticais); e pagamento das custas judiciais da TEXLOM (666,76 mil Meticais).

2.4.3. Comparação com o ano de 2017

a) Receita Total

No ano de 2017, a receita total arrecadada foi de 1.207,6 milhões de Meticais e no presente ano de 2018 foi de 966,0 milhões de Meticais, o que representa uma redução em 20%. A redução é influenciada pelo facto de no ano de 2017, o IGEPE ter recebido como regularização, os dividendos em atraso de anos anteriores da MOZAL e da EMOSE.

b) Desembolsos das OFAS do Estado

Comparativamente ao ano de 2017 em que o desembolso das OFAS foi de 234,7 milhões de Meticais, em 2018, o desembolso aumentou em 224%, tendo sido de 761,7 milhões de Meticais.

c) Despesas do IGEPE

No ano de 2017, as despesas executadas pelo IGEPE totalizaram 150,0 milhões de Meticais. Este montante aumentou significativamente no ano de 2018, atingindo 252,0 milhões de Meticais, representando um crescimento de 76%.

O substancial aumento nas despesas com as OFAS do IGEPE, aliado aos reajustes salariais e progressões dos colaboradores, desempenhou um papel crucial no aumento da execução no ano em análise.

2.5. No âmbito dos Recursos Humanos

2.5.1. Actividades Planificadas

Para o primeiro trimestre de 2018, foram planificadas as seguintes actividades: aprimorar os mecanismos e procedimentos de assistência médica e medicamentosa dos colaboradores; melhorar o sistema de monitoria da assiduidade; elaborar e submeter a aprovação o mapa de férias; elaborar e submeter ao pagamento as folhas de salários; elaborar e submeter a aprovação o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos; e implementar o Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

2.5.2. Actividades Realizadas

No contexto do aprimoramento da assistência médica e medicamentosa aos colaboradores do IGEPE, o Departamento de Recursos Humanos (DRH) continuou, ao longo do ano, com o processo de reembolso de valores adiantados pelos colaboradores. Adicionalmente, procedeu à dedução da percentagem correspondente aos custos incorridos nos pagamentos de despesas na folha de salário, especialmente nos casos em que os colaboradores são atendidos por clínicas que prestam tais serviços.

Importa destacar a produção da Circular nr. 002/IGEPE/PAI/DRH/2018, que reforça as directrizes estabelecidas no Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa (RAMM), particularmente no que diz respeito aos cuidados médicos e hospitalares em instituições sem vínculo contratual com o IGEPE. Isso foi implementado devido a pedidos recorrentes de reembolso para serviços médicos e medicamentosa de clínicas não contratadas, resultando numa redução gradual desses pedidos.

O DRH manteve uma monitoria eficiente dos pedidos de férias, dispensas e ausências ao longo do ano. Em Novembro de 2018, introduziu-se o livro de ponto por Pelouro, onde foram registadas as presenças, faltas e ausências. Essa medida teve um impacto significativo na pontualidade e assiduidade dos colaboradores. Mapas mensais de controlo de assiduidade foram elaborados, submetidos à confirmação dos directores das áreas e homologados pela Administração antes de serem arquivados.

O Plano de Férias de 2018 foi efectivamente implementado, com 34 colaboradores gozando suas férias até a data final do período analisado. Adicionalmente, o mapa de férias para 2019 foi elaborado e submetido à aprovação. Os colaboradores foram orientados a usufruir das férias de 2018 até o I Trimestre de 2019, sob pena de caducarem conforme estipulado por lei.

No que diz respeito ao processamento de salários, atingimos uma taxa de execução de 100%, com o pagamento de 11 meses de salários, 48 subsídios de férias e duas prestações relacionadas a incentivos. Paralelamente, as folhas de pagamento de INSS, IRPS e previdência social foram processadas e submetidas ao DAF, enquanto as folhas SNV foram emitidas e submetidas ao CEDSIF para solicitação de reembolso.

Quanto ao Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos, realizou-se um levantamento das necessidades de formação para cada Direcção, e o Plano de Formação para o segundo Semestre de 2018 foi elaborado e submetido à aprovação. O contrato com o provedor de formação, a CAT Consultores, foi assinado. Contudo, devido à limitação de fundos, antecipa-se que a formação ocorrerá apenas no I trimestre de 2019. Ressalta-se que o contrato firmado com o consultor tem validade por seis meses.

O DRH continuou a monitorar as avaliações de desempenho dos colaboradores referentes ao ano de 2017. Produziu o relatório correspondente, submeteu-o para aprovação e homologação, e posteriormente arquivou nos processos individuais dos colaboradores. Adicionalmente, encaminhou cópias das avaliações dos colaboradores destacados para o IGEPE e respectivos Ministérios para arquivo.

As fichas de avaliações de desempenho para o exercício económico de 2018 foram distribuídas pelas Direcções. Prevê-se que até a segunda quinzena de Janeiro de 2019, o DRH tenha compilado as fichas e as submeta para aprovação.

Em Agosto de 2018, o Conselho de Administração aprovou o reajustamento de categorias, abrangendo 35 funcionários. Os processos correspondentes já foram encaminhados para anotação do Tribunal Administrativo.

No contexto da organização do arquivo do DRH, e em conformidade com o Regulamento dos Funcionários e Agentes do Estado, todos os processos dos colaboradores sem visto foram submetidos ao Tribunal Administrativo, incluindo: 27 Contratos de trabalhos; Seis apostilas; Quatro títulos de provimento; e 16 Processos de progressão.

Neste processo, 25 contratos, cinco apostilas e quatro títulos de provimento foram submetidos ao visto do Tribunal Administrativo (TA). Até o momento, o TA já concedeu visto a dois contratos de trabalho e uma apostila, além dos processos de progressão que foram submetidos no início de Dezembro de 2018.

Quanto ao cadastro, 39 colaboradores foram registrados na função pública, e todos realizaram a prova de vida. Restam ainda quatro cadastros por concluir e seis colaboradores para realizar a prova de vida.

O DRH recebeu 18 pedidos de estágio, dos quais aceitou e orientou 10 candidatos nas Direcções de Administração e Finanças, Direcção de Governação Corporativa, Direcção de Controlo de Participações e Direcção de Desenvolvimento Institucional.

2.5.3. Estrutura da Força de Trabalho

a) Distribuição dos colaboradores por género

No ano de 2018, o IGEPE contava com uma equipe composta por 53 colaboradores, distribuídos entre 27 mulheres e 26 homens.

b) Capacitação dos colaboradores

Em relação à categoria de formação, o DRH coordenou a realização de 10 cursos em 2018, enquanto que em 2017 foram organizados sete cursos nas seguintes área: Ética e Boa Governação; Harmonização de Procedimentos de Planificação do MEF; Formação sobre o Módulo da Elaboração do Orçamento (MEO - 2019); Formação de Profissionais de Ética; Formação do sector público sobre uso, cobertura e actualização do Ficheiro de Unidade Estatística; participação na Conferência Anual sobre Ética, Governação e

Liderança; Formação de formadores em Materiais de Combate a Corrupção; Formação em Metodologia Public Expenditure and Financial Acountability (PEFA), para a monitoria e Avaliação do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2016/2019; Excel Avançado; Modelagem Financeira e SPSS; Secretariado; Avaliação de Risco Fiscal; Protocolo; Ética e Anti-Corrupção diversas áreas. Participaram destas capacitações 24 colaboradores em 2018 e 33 em 2017.

c) Colaboradores por Nível Académico

Ao longo do ano de 2018, o IGEPE contou com 53 colaboradores, dos quais 11 possuíam o grau de mestrado, cinco eram pós-graduados, 21 tinham formação em nível de licenciatura, sete eram técnicos médios, cinco possuíam o ensino secundário, e quatro tinham o ensino básico fundamental.

Em termos percentuais, o IGEPE registou, em 2018, uma maior proporção de colaboradores com nível de licenciatura, representando 40% do total, seguido pelos colaboradores com nível de mestrado, que constituíram 21.

2.6. No âmbito do Património

2.6.1. Actividades Planificadas

Para a área de património foram planificadas as seguintes actividades: aquisição de três viaturas; aquisição de armários para o arquivo documental do IGEPE; pintura do edifício do IGEPE; contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, jardinagem e fumigação; contratação de empresa para manutenção do edifício do IGEPE; contratação de empresa para fornecimento de material de escritório; contratação de empresa para o fornecimento de material gráfico; contratação de empresa de segurança para o IGEPE; contratação de empresa para o fornecimento de produtos alimentícios; contratação de empresa para o fornecimento de produtos de higiene e limpeza; contratação de uma empresa para o fornecimento de combustível para as viaturas do IGEPE; pagamento de manifestos e taxas de rádio de 18 viaturas de afectação; renovação de seguros dos 18 automóveis de afectação e da casa protocolar do IGEPE; inspecção de três viaturas do IGEPE; actualização do imobilizado do IGEPE e respectivas amortizações; e inventariação dos bens adquiridos no IGEPE.

2.6.2. Actividades Realizadas

As acções realizadas no período em analise incluem: adquiridas três viaturas para o IGEPE; concluída a pintura externa do edifício do IGEPE; instalado o sistema de segurança nas instalações do IGEPE (Edifício Sede e Casa Protocolar, respectivamente); concluído o processo de colocação das etiquetas nos bens inventariados em 2017; iniciado o processo de inventariação dos bens adquiridos no presente exercício económico e a actualização do cadastro do imobilizado; renovado o seguro de todas viaturas e do edifício do IGEPE; efectuado o pagamento dos manifestos e taxas de rádio para todas viaturas; restaurado o jardim no edifício sede do IGEPE; e efectuada a manutenção geral do edifício sede do IGEPE.

2.7. No âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional

2.7. 1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas neste âmbito incluíram: monitorar o cumprimento das principais actividades planificadas; elaborar o balanço de actividades do primeiro trimestre , do primeiro semestre e do terceiro trimestre de 2018; elaborar o balanço de actividades do primeiro trimestre, primeiro semestre e do terceiro trimestre de 2018 e coordenar o seu envio ao MEF-DNP; realizar a análise funcional do IGEPE; elaborar o relatório de balanço das actividades desenvolvidas pelo IGEPE durante o primeiro trimestre, primeiro semestre e durante o terceiro trimestre de 2018.

2.7.2. Actividades Realizadas

a) Planificação

Nesta componente, foram gerados os seguintes resultados: realizada a monitoria de cumprimento das principais actividades planificadas para o primeiro trimestre, primeiro semestre , terceiro trimestre e de Janeiro a Novembro de 2018; elaborado o relatório de actividades desenvolvidas no primeiro trimestre, primeiro semestre no terceiro trimestre e o relatório de Janeiro a Dezembro de 2018; elaborado o Cenário Fiscal de Médio Prazo do IGEPE e submetido ao MEF; elaborado o balanço de 2015 a Setembro de 2018; levado a cabo um workshop sobre planificação envolvendo os membros da Comissão Executiva; e participação na formação em matérias ligadas a avaliação do PEFA.

b) Tecnologias de Informação e Comunicação

Foram adquiridos equipamento e instalados programas e aplicações (seis novos computadores e um laptop); foram instalado antivírus e actualizadas as respectivas licenças, de modo a proteger o equipamento informático contra programas maliciosos; adquirido um projector (data show portátil); actualizado "Firewall" (Sistema utilizado na protecção contra a invasão de privacidade sobre dados e informação e contra o acesso não protocolado); transferido o bastidor do SISTAFE e fibra óptica do R/C para o 4º andar por recomendação do CEDSIF, centralizando todos os equipamentos para maior/melhor controlo; relocado o Router/Switch que funcionava para o bastidor do SISTAFE; feita a migração do PHC para o o Sistema PHC ON, que facilita a intervenção remota em caso de necessidade de manutenção ou actualizações deste sistema em uso na administração e contabilidade; realizados backups dos servidores de e-mail e dados, tanto interna quanto externamente, visando garantir a segurança das informações do IGEPE e proporcionar proteção contra eventuais desastres.

Foram ainda actualizados os softwares e aplicações do IGEPE; actualizada a plataforma tecnológica do IGEPE; reactivadas as câmaras de vigilância que se encontravam desactivadas e actualizado o respectivo software; substituídos os sistemas operativos nos computadores que se encontravam com windows xp por windows 7; acrescentado um router no bastidor do 4º andar, por forma a libertar algum espaço e aumentar os pontos de acesso; e instalados e configurados dois discos para aumentar a capacidade dos servidores.

c) Actividades não realizados no exercício corrente

a. A substituição da central telefónica e a expansão do número de extensões foram adiadas para 2019 devido à falta de recursos financeiros;

b. A implementação do sistema de 'conference call' também foi postergada por insuficiência de verba;

c. A reativação do 'website' está programada para o próximo ano.

2.8. No âmbito da Assistência Jurídica

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2018, o Gabinete Jurídico (GJ) executou as suas actividades conforme previsto no Plano de Actividades para o ano. As metas

previstas para o primeiro trimestre foram integralmente cumpridas, como destacado a seguir.

2.8. 1. Actividades Planificadas

a) No âmbito da legislação

i. Assegurar a aprovação da LSEE;

ii. Participar na formulação da legislação complementar à LSEE; e

iii. Elaborar a proposta de revisão do Estatuto Orgânico do IGEPE.

b) No âmbito da Assessoria

i. Apoiar na resolução de processos inerentes às diversas Direcções do IGEPE;

ii. Prestar assessoria ao Conselho de Administração;

iii. Elaborar o resumo das petições submetidas ao IGEPE.

2.8.2. Actividades Realizadas

a) No âmbito da legislação

a. Concluída a elaboração da proposta harmonizada com o Sector Empresarial do Estado do Regulamento da Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, e submetido ao Ministro da Economia e Finanças para os ulteriores procedimentos:

b. Iniciada a reflexão sobre a nova entidade gestora e coordenadora do Sector Empresarial do Estado, para conformação com a Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho.

c. Participação na elaboração da proposta de Estatuto Orgânico da nova entidade gestora e coordenadora do Sector Empresarial do Estado;

d. Participação na elaboração das propostas de Contrato de Gestão e Contrato de Mandato para os gestores públicos;

b) No âmbito da Assessoria

a. O GJ apoiou as diversas unidades orgânicas do IGEPE na resolução de processos inerentes à: elaboração de contratos; emissão de pareceres relativos aos processos de alienações; participação nos grupos de trabalho criados para a restruturação do sector empresarial do Estado; e emissão de pareceres relativos às petições submetidas ao IGEPE.

b. O GJ participou nas sessões do CA do IGEPE, tendo elaborado as respectivas Actas.

c. Foi elaborado o resumo periódico das petições e o resumo final até finais de Dezembro de 2018.

d. O GJ participou igualmente das sessões das Comissões Executivas, tendo elaborado as respectivas matrizes das decisões.

c) Resumo das Petições de Janeiro a Dezembro de 2018

No período em referência, o IGEPE recebeu um total a 188 petições, das quais: 143 respondidas; e 47 em processo de análise. Este nível de resposta corresponde a uma execução de 76,06%.

3 PERSPECTIVAS PARA 2019

Para 2019, espera-se que o ano marcará uma nova era na vida das empresas do Estado rumo à sua viabilização e rentabilização. Contudo isto dependerá do esforço e empenho de todos e de cada um dos colaboradores do IGEPE e dos Gestores das Empresas. São de destacar para o ano de 2019 as seguintes perspectivas:

a. Continuar com o processo de reestruturação das empresas do sector empresarial do Estado, com o objectivo de tornar as empresas rentáveis e sustentáveis, sendo de destacar os seguintes processos:

b. Reestruturação operacional das empresas: FARMAC, EE, TRANSMARITIMA, CAIC, MEDIMOC, SEMOC, PETROMOC, TDM/MCEL e LAM.

c. Reestruturação financeira das empresas: TRANSMARITIMA, MEDIMOC, PETROMOC, TDM/MCEL e LAM.

d. Consolidar a supervisão e controlo das empresas participadas; e

e. Arrecadação da receita de capital (apenas de dividendos e alienações) de 1.006.636.496,61 MT.

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2018

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz